

Conflito agrário cresce neste ano

Marcelo de Moraes

De Brasília

Considerado um dos setores mais sensíveis do novo governo, por conta da ligação direta do PT com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Ministério do Desenvolvimento Agrário já começa a ter que lidar com o recrudesimento da violência no campo. Números apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam para o aumento do número de mortes em conflitos no campo, crescimento de invasões e de formação de acampamentos na beira de estradas no primeiro trimestre de 2003.

Segundo a CPT, nesse trimestre já ocorreram 13 mortes no campo, 31,2% acima do verificado em mesmo período de 2002. Pelos dados da CPT, as ocupações cresceram 42,3%, com 45 áreas sendo invadidas agora, contra 26 de 2002. Os acampamentos aumentaram de 19 para 22.

A Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário contesta os dados sobre mortes: foram, diz, 6 e não 13, como informa a CPT. O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva, diz que seus números são baseados nos inquéritos policiais que investigam assassinatos, sendo computadas somente mortes comprovadas por conflito agrário, enquanto a CPT teria acompanhamento mais flexível.

Independentemente do total de mortos, o governo admite que há um problema, especialmente no Pará, onde, conforme a CPT, teriam morrido seis pessoas. Para combater a violência no campo o governo decidiu criar um grupo interministerial.

Durante a campanha, Lula

prometeu retomar o processo de reforma agrária e ampliar sua formatação, com incentivo à agricultura familiar e fornecimento de infra-estrutura e apoio técnico aos assentamentos. Em troca, recebeu dos movimentos rurais a promessa de uma espécie de trégua nas invasões.

Como o governo decidiu fazer um amplo mapeamento do setor, os movimentos rurais retomaram as invasões. Entre as mortes registradas no campo pela CPT, oito são de líderes rurais, três de indígenas e duas são de garimpeiros.

No fim de abril, o Ministério conseguiu organizar sua agenda positiva, com o lançamento por Lula do Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semi-Árido, o Conviver, em Buíque (PE). O programa tem como ponto central o fortalecimento da agricultura familiar, prometida por Lula na campanha e endossada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, em seus pronunciamentos.

O Conviver terá R\$ 52,3 milhões para atender 550 mil agricultores em 1,2 mil municípios de Pernambuco, Paraíba, Piauí, Sergipe, Ceará, Alagoas, Norte de Minas Gerais (vales do Jequitinhonha e do Mucuri), além do Norte do Espírito Santo. Até 2004, o objetivo é beneficiar 1,3 milhão de pessoas prejudicadas pela seca, na região Nordeste e em Minas Gerais. O programa é formado por ações como o Seguro Safra e o Sistema de Compra de Alimentos. O primeiro garante renda mínima de R\$ 475, dividido em seis parcelas, a produtores com perda de safra a partir de 50% nas culturas de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão.